

SUMULA - Estabelece o Sistema de Classificacao de Cargos, fixa numero de cargos e niveis de vencimentos e da' outras providencias.

A CAMARA MUNICIPAL DE P R A N C H I T A, ESTADO DO PARANA, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

L E I

DISPOSICOES PRELIMINARES

Artigo 1. - Fica aprovado o Sistema de Classificacao de Cargos do Executivo Municipal, de acordo com o que estabelece esta Lei.

Artigo 2. - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

CLASSE - Grupamento de cargos da mesma natureza, mesmo Nivel de atribuicoes ou atividades e de igual padrao de vencimentos.

SERIE DE CLASSES - Conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, dispostas hierarquicamente, conforme o grau de complexidade ou dificuldade das atribuicoes e com nivel de responsabilidade, constituindo a linha natural de promocao do funcionario.

GRUPO OCUPACIONAL - Conjunto de Series de Classes ou Classes que digam respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto a natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicados em seu desempenho.

Artigo 3. - A definicao das atribuicoes das Classes, respectivas condicoes de provimento, habilitacoes exigidas e grau de escolaridade e de conhecimento necessarios ao desempenho das atividades do cargo, serao objeto de decreto do Executivo Municipal.

Artigo 4. - O Sistema de Classificacao de Cargos e' o constante do Anexo I, seguido do Anexo II, que trata das Tabelas de Vencimentos.

Paragrafo unico - Havera' uma Tabela de Vencimentos distinta para cada Grupo de Atividade funcional.

DO QUADRO DE PESSOAL

Artigo 5. - A Sistematica de Cargos ora instituida, atendendo a natureza, complexidade e dificuldade das atribuicoes, grau de conhecimento, escolaridade e habilitacao profissional exigivel, esta' estruturada em distintos Grupos Ocupacionais, compreendendo:

- I - Supervisao e Administracao Superior.
- II - Administracao e Financas.
- III - Servicos Gerais.
- IV - Magisterio.
- V - Saude e Acao Social

Artigo 6. - O Quadro de Pessoal expresso no Anexo I, sera preenchido gradativamente, atraves da transposicao dos atuais ocupantes dos cargos e funcoes do Executivo Municipal, mediante Decreto do Poder Executivo, conforme segue:

I - Os detentores de estabilidade, conforme o disposto no Artigo 19 do Ato das Disposicoes Constitucionais Transitorias, serao reenquadrados em Cargos compatíveis a situacao ora existente.

II - Os servidores celetistas, nao estaveis, admitidos anteriormente a 05.10.88, somente serao reenquadrados, apos regular aprovacao em Concurso Publico, permanecendo ate entao, a criterio do Executivo Municipal, em Quadro Celetista, considerado em extincao.

Paragrafo 1. - Considera-se transposicao, o enquadramento dos atuais funcionarios no Quadro de Pessoal, criado por esta LEI.

Paragrafo 2. - Excluindo a norma de preenchimento de cargo prevista no artigo, o provimento dos Cargos sera mediante concurso publico de provas ou provas e titulos.

Paragrafo 3. - Os cargos de provimento em comissao sao de livre nomeacao e exoneraacao do Prefeito Municipal.

Artigo 7.- A Tabela de Vencimentos constante do Anexo II tem seus valores fixados com base no salario vigente no mes de abril de 1990, sendo apos esta data, corrigida por Decreto, de acordo com os indices do Governo Federal.

Artigo 8. - O Salario-Familia dos funcionarios publicos, sera pago a razao de 5% (cinco por cento) do valor do salario minimo, por cota, desprezando-se as fracoes de centavos.

Artigo 9. - O Quadro de Pessoal vigente ate a data desta lei e considerado em extincao.

DISPOSICOES FINAIS

Artigo 10. - As Funcoes Gratificadas serao criadas por Decreto do Executivo Municipal, para atendimento de encargos de Supervisao, ou de Chefia para as quais nao se justifique a criacao de cargos em comissao e serao remuneradas de conformidade com a gratificacao de funcao, constante do Anexo II - Tabela de Vencimentos.

Paragrafo unico - A Gratificacao de Funcao e considerada vantagem acessoria ao vencimento e somente pode ser atribuida a funcionarios que exercam Cargos de Provimento Efetivo, vedada a concessao aos que ocupem Cargos em Comissao.

Artigo 11 - O Executivo determinara, por Decreto, quais os cargos que devem ter lotacao especifica, em face das atribuicoes tipicas do orgao.

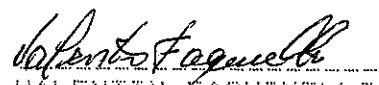
Artigo 12 - Fica proibido o desvio de funcao, sendo res-
ponsabilizada a autoridade que determinar a prestacao de servicos diferentes
das atribuicoes proprias da classe ocupada pelo funcionario.

Artigo 13 - Esta Lei entrara em vigor a partir de sua pu-
blicacao, revogadas as disposicoes em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 23 DE
MAIO DE 1990.


SILVINO ROIESKI
Chefe Serv Administracao




VALENTIN FAQUINELLO
Prefeito Municipal